



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0406/11	DATA: 04/05/2011
INÍCIO: 15h14min	TÉRMINO: 16h45min	DURAÇÃO: 01h31min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h31min	PÁGINAS: 36	QUARTOS: 19

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há orador não identificado,



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Boa tarde a todos.

Antes de dar início aos nossos trabalhos, comunico ao Plenário que a Casa marcou, às 13 horas — já está ocorrendo —, sessão extraordinária para votar uma medida provisória e desobstruir a pauta, permitindo a votação do Código Florestal.

Quando se inicia a Ordem do Dia, e a luz verde está acesa, tudo o que se votar nas Comissões estará sujeito à contestação posterior. Mas não votar nada significa encerrar a reunião. Temos muitos requerimentos. Esperei até agora um pronunciamento da Mesa. Não se iniciou sequer o encaminhamento da votação.

Quero dividir com o Plenário a seguinte decisão: vamos trabalhar, encaminhar e votar. Se alguém contestar... Sabemos que, regimentalmente, não podemos fazê-lo. Mas, por ora, nem o encaminhamento da votação se iniciou no plenário.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a quarta reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópia da ata da terceira reunião. Pergunto se há necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata, já que foi distribuída cópia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Leitura da ata dispensada, a pedido do nobre Deputado Eduardo Barbosa.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Expediente.

Foram recebidos os seguintes expedientes:

Ofício/Circular nº 133-MEC/CNE, do Presidente do Conselho Nacional de Educação, convidando para o seminário sobre o Plano Nacional de Educação, a ser realizado nos dias 19 e 20 de maio, no Auditório Anísio Teixeira, no Edifício Sede do Conselho Nacional de Educação.



Foi distribuída para os Deputados cópia do ofício? *(Pausa.)* O.k.

Ofício do Líder do Bloco Parlamentar PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL, indicando o Deputado Paulo Freire, coordenador do citado Bloco. *(Pausa.)*

Ordem do Dia.

Apreciação de requerimentos e assuntos internos.

Passo a ler a ementa de todos os requerimentos.

1. Requerimento nº 1/11, do Sr. Ivan Valente, que *“requer a realização de audiência pública com a finalidade de avaliar o Projeto de Lei nº 8.035/2010, no que diz respeito às diretrizes, metas e estratégias propostas para a educação infantil”*.

2. Requerimento nº 2/11, do Sr. Ivan Valente, que *“requer a realização de audiência pública na Comissão Especial do Plano Nacional de Educação para esclarecer o Projeto de Lei nº 8.035/2010, no que diz respeito às diretrizes, metas e estratégias propostas para o ensino superior”*.

3. Requerimento nº 3/11, do Sr. Ivan Valente, que *“requer a realização de audiência pública na Comissão Especial do Plano Nacional de Educação para esclarecer o Projeto de Lei nº 8.035/2010, no que diz respeito as diretrizes, metas e estratégias propostas para o financiamento da educação nacional”*.

4. Requerimento nº 4/11, do Sr. Ivan Valente, que *“requer a realização de audiência pública na Comissão Especial do Plano Nacional de Educação para esclarecer o Projeto de Lei nº 8.035/2010, no que diz respeito às diretrizes, metas e estratégias propostas para a formação e valorização dos profissionais do magistério”*.

5. Requerimento nº 5/11, do Sr. Lelo Coimbra, que *“solicita sejam convidados para participar de audiência pública desta Comissão os Srs. Simon Schwartzman, Cláudio de Moura Castro e Cláudia Costin”*.

6. Requerimento nº 23/11, dos Srs. Emiliano José e Miriquinho Batista, (PL 8.035/2010), que *“requer a realização de encontro regional na cidade de Belém”*.

7. Requerimento nº 24/11, do Sr. Esperidião Amin, que *“requer a realização de seminário em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para subsidiar o debate relativo ao Plano Nacional de Educação — PNE”*.



8. Requerimento nº 25/11, do Sr. Antonio Carlos Biffi, que *“requer a realização de audiência pública em Mato Grosso do Sul com a participação de integrantes da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação e autoridades locais para discutir o Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação para o Decênio 2011-2020 e dá outras providências”*.

9. Requerimento nº 26/11, do Sr. Newton Lima e outros, que *“requerem a realização de audiência pública para debate com as entidades representativas das instituições de ensino superior, a saber: ANDIFES; ABRUC; ABRUEM e ANUP”*.

10. Requerimento nº 27/11, do Sr. Waldir Maranhão, (PL 8.035/2010), que *“requer a realização de reunião, em conjunto com a Assembleia Estadual do Estado do Maranhão, para discussão, aprofundamento e levantamento de subsídios à Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que trata do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020”*.

11. Requerimento nº 29/11, do Sr. Newton Lima, que *“requeiro seja convidado o Ministro das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo, para ser ouvido pela Comissão Especial no que se refere inserção das demandas da área dentre as metas do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020”*.

12. Requerimento nº 30/11, do Sr. Newton Lima, que *“requeiro seja convidada a Ministra da Cultura, Sra. Ana Maria Buarque de Hollanda, para ser ouvida por esta Comissão Especial no que se refere inserção das demandas da área cultural entre as metas do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020”*.

13. Requerimento nº 31/11, do Sr. Newton Lima, que *“requeiro seja convidado o Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Aloizio Mercadante, para ser ouvido por esta Comissão Especial no que se refere inserção das demandas da área entre as metas do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020”*.

14. Requerimento nº 32/11, do Sr. Eduardo Barbosa, que *“requer realização de audiência pública com a finalidade de debater as propostas para a Educação Especial no âmbito do (...)” PNE, indicando como expositores Rosita Edler Carvalho, Marcos Mazzotta, Fernando Capovilla e Cláudia Pereira Dutra*.

15. Requerimento nº 33/11, do Sr. Eduardo Barbosa, que *“requer realização de audiência pública com a finalidade de debater com entidades as propostas para a educação especial no âmbito do PL 8.035, de 2010”, com representantes das*



seguintes entidades: Federação Nacional das Associações de Síndrome de Down; Federação Nacional das APAEs; Integração dos Surdos; e Organização Nacional de Cegos.

16. Requerimento nº 34/11, da Sra. Alice Portugal, que *“solicita inclusão de temas para debate no seminário nacional da Comissão Especial” de: educação infantil; arte e educação; ensino técnico profissional; valorização salarial e combate às desigualdades regional de gênero e raciais.*

17. Requerimento nº 35/11, do Sr. Angelo Vanhoni, que *“nos termos do art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno, requeiro a V.Exa., ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública no dia 11 de maio de 2011 para debatermos sobre o tema Qualidade da Educação, como parte integrante dos debates que faremos nesta Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio de 2011-2020”, para discutir o tema Qualidade da Educação, com representantes do Ministério da Educação, movimento Todos pela Educação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.*

18. Requerimento nº 36/11, do Sr. Gastão Vieira (PL 8.035/2010), que *“solicita a autorização para realização de seminário nacional”.*

Nobre Relator, V.Exa. tem alguma sugestão de como poderíamos proceder à votação desses requerimentos?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não, Sr. Presidente, mas quero deixar manifesta minha ansiedade, com a qual compartilho com todos os Deputados da Comissão.

O tempo não é elástico. Preciso, de certa maneira, disciplinar meu trabalho. Há uma agenda já prevista para os dias 16 em Fortaleza, dia 20 no Rio de Janeiro, dia 27 em Boa Vista, Roraima, e dia 3 em São Paulo. As Assembleias Legislativas, com seus Presidentes, estão autorizando, e os Deputados estão mandando as datas: dia 6 no Paraná; dia 13 em Campo Grande; dia 17 em Campo Grande; dia 15 de junho em Florianópolis. Ainda faltam marcar no Rio Grande do Sul, no Amazonas, na Bahia, no Maranhão, no Rio Grande do Norte e em Mato Grosso, cujos requerimentos foram aprovados nesta tarde. Teremos de marcar ainda as



reuniões no Tocantins, em Pernambuco, em Alagoas, no Espírito Santo e em Minas Gerais.

Serão sete finais de semana, na sexta-feira ou na segunda-feira, somente para os que estão confirmados — com datas e agendamentos — e sendo divulgados. Não sei se conseguirei ir a todos. Gostaria de ir e que o Presidente fosse também. É a nossa intenção.

Para isso, teríamos que reservar as quartas-feiras à tarde. Foi conversado e concluímos que deveríamos fazer nas quartas-feiras e nas quintas-feiras, de manhã e de tarde, mas temos que institucionalizar as tardes de quarta-feira, porque no plenário, tradicionalmente, com exceção do Código Florestal, nos próximos 2 meses, não teremos tema tão polêmico que catalise a atenção dos Srs. Deputados. Se deixarmos as quartas-feiras à tarde para fazermos audiência pública, poderemos fazer a outra pela manhã e à tarde na quinta-feira, e os Srs. Deputados poderão voltar aos seus Estados. Tenho medo de que façamos audiências nas quintas-feiras e fiquemos desmobilizados. Não há sentido fazermos audiências públicas sobre o PNE desmobilizados pela ausência dos Deputados.

Cito o Deputado Lelo Coimbra, que pede o mesmo tema que eu. S.Exa. tem algumas sugestões quanto ao tema da qualidade. Há algumas entidades que eu não posso deixar de ouvir. Por exemplo, a UNDIME, que congrega os secretários municipais do Brasil inteiro; o CONSED, que congrega os secretários estaduais do Brasil inteiro. Estou dizendo eu, na figura institucional de Relator. Não há como eu deixar de ouvir a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que milita na área da educação; a ANDIFES, que reúne os reitores das universidades federais do Brasil.

São algumas entidades gerais que estão apensando emendas, fazendo manifestações que tenho de ouvir necessariamente sobre os principais eixos que estão no plano, porque a sociedade debate o plano e vive essa questão. No entanto, temos visões diferenciadas do que a ANDIFES ou a UNDIME postulam. Tenho que estar aqui e ouvir todos, independentemente da opinião e da visão a respeito do processo educacional, mas preciso começar a cumprir essa agenda, de ouvir todos.

Por isso começaremos com as entidades ou com personalidades. Ouvi do Deputado Lelo Coimbra que a Sra. Claudia Costin quer vir falar. Acho ótimo. Temos



de começar. Caso contrário, não daremos o ritmo do debate que a Comissão tem a responsabilidade de fazer.

Não tenho preferência por ordem. A única sugestão que quero trazer a debate é de que temos de usar as quartas-feiras. Também fico aqui nas quintas-feiras o dia inteiro, não tenho esse problema. Estou marcando audiências regionais nas sextas-feiras e nas segundas-feiras. Terei tempo para me locomover para o Estado e terei que tirar pelo menos os domingos para ficar com a família, no Estado do Paraná. Os próximos 2 meses podem estar cheios. Por isso temos que começar a marcar as audiências.

Sr. Presidente, era esse o encaminhamento que gostaria de fazer. Não tenho ordem de prescrição, porque o meu papel é ir aos Estados ouvir e, se marcarmos audiência pública nas terças-feiras à tarde, estarei nesta Câmara para discutir.

Ouvi o Deputado Ivan Valente sugerir educação infantil. Eu, na condição de Relator, tenho muito interesse em aprofundar um pouco a concepção da educação infantil e os debates necessários sobre ela. Se não houver tempo para marcarmos na quarta-feira ou na quinta-feira e marcarmos na terça-feira, aqui estarei para ouvir.

Vou dar preferência do meu tempo para as audiências públicas, para receber em meu gabinete os movimentos, o que já estou fazendo.

Não sei se será possível, mas gostaria que V.Exa. consultasse o Presidente da Casa sobre a possibilidade de gravarmos os seminários nos Estados. Hoje a tecnologia é bem simples: utiliza-se apenas um gravador, um disquete. Se não der para filmar, pelo menos gravar, o que já é muito importante. Com esse instrumento tecnológico, ficará um acervo para esta Comissão Especial, para o Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente, gostaria de comunicar aos colegas Parlamentares, membros da Comissão sobre o PNE, que nós, da bancada cearense — os Deputados Chico Lopes, José Linhares, Ariosto Holanda, Raimundo Gomes de Matos e eu —, estamos acordando, com a Assembleia Legislativa e o fórum do PNE do Ceará, uma série de audiências públicas.



O Deputado Chico Lopes, inclusive, apresenta hoje uma proposta de calendário. De qualquer maneira, já está confirmado, com o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e a Presidente da Comissão de Educação, audiência pública oficial desta Comissão. Conforme combinado aqui, faremos ao menos uma audiência por Estado.

A audiência de Fortaleza será no dia 16 de maio, às 9 horas, como já foi registrado pelo Relator, no plenário da Assembleia Legislativa do Ceará.

A Assembleia Legislativa do Ceará tem estrutura de comunicação, e, com certeza, já vamos pedir para que ela seja ativada. Será ao vivo. A TV da Assembleia do Ceará é uma TV aberta. Inclusive a audiência será transmitida ao vivo e será também gravada, atendendo o pedido do Relator. Acho que deveremos estender essa prática aos demais Estados.

Portanto, eu gostaria muito — já o convidei — que o Presidente estivesse presente. Para nós seria muito importante, fundamental — já que a primeira audiência pública desta Comissão nos Estados será em Fortaleza —, a presença do Presidente. O Relator já confirmou presença.

Convido os demais Deputados para comermos uma peixada, em Fortaleza. Já que será numa segunda-feira, quem quiser pode ir no fim de semana.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Podemos ir na quinta-feira.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Podem ir na quinta-feira. Fortaleza está com muito sol, e o mar com aquela água quente. E nós vamos pedir peixada ou camarão para os colegas.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO - E caranguejo do Maranhão.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - E o caranguejo do Maranhão, que o Deputado Waldir Maranhão está assegurando. Nós compramos o caranguejo no Maranhão. No Ceará, não temos mangue suficiente; importamos do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Bom, então, dia 16, em Fortaleza. Eu confirmo minha presença. O maranhense tem que apreciar as coisas do Ceará, senão fica um pouco complicado. O Relator também vai ao Ceará e ao Maranhão.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Vou ao Ceará e Maranhão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Relator, antes de passar a palavra à Deputada Dorinha, com relação às entidades, nós poderíamos voltar àquela ideia original de, em vez de fazermos audiência, que é só um tempo, fazermos um seminário de 1 dia inteiro, o que possibilitaria ouvirmos, no mesmo dia, as entidades todas, quatro pela manhã e quatro na parte da tarde. O que V.Exa. acha?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Acho bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Faríamos dois grandes seminários. Iniciaríamos com as entidades que estão mais próximas de nós, como a CNTE. Faríamos painéis de 4 horas pela manhã e 4 horas pela tarde. Poderíamos fazê-los na quinta-feira, deixando a quarta-feira, como V.Exa. sugeriu, para as audiências. Usaremos o dia todo da quinta-feira para ouvirmos as entidades. Vamos tentar organizar desta maneira?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu sugiro, Presidente, redefinirmos um pouco o dia 2 de junho. Anteciparmos esse seminário de 1 dia inteiro para uma quinta-feira. Poderá ser no dia 20 de maio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pode ser dia 12. Dia 11 será a discussão sobre a qualidade de educação. Poderíamos ouvir as entidades a respeito do tema qualidade da educação já no dia 12.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Poderemos. Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vamos combinar assim?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Vamos. Pode ser. Se as Sras. e os Srs. Deputados concordarem, poderemos fazer dessa forma.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Sr. Presidente, só para falar de data, não é para nenhum comentário.

A Deputada Alice Portugal e eu acordamos o dia 9, na Bahia. Temos que acertar ainda os detalhes, porque queremos a presença, se possível, do Presidente e do Relator, no Estado.

Nós também ofereceremos a moqueca, como o Deputado Artur Bruno ofereceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Tem a palavra a Sra. Deputada Dorinha.



A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, a minha proposta é no sentido da sugestão do Presidente. Embora eu ache extremamente interessante ouvir o maior número de pessoas e entidades, ouvir individualmente pessoas que têm trabalho interessante, não teremos condição de fazer isso aqui.

Temos de racionalizar. Por exemplo, a UNDIME teria que falar sobre qualidade, educação infantil e ensino fundamental. Precisamos racionalizar o momento da exposição, com a participação de algumas entidades que tenham envolvimento, como a CNTE e outras tantas. Podemos centralizar. Então, isso vai ao encontro da proposta de V.Exa.

O mesmo ocorre com relação aos requerimentos. Há alguns requerimentos, de Deputados diferentes, sobre as entidades do ensino superior. No momento de ouvi-las temos de racionalizar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Temos requerimentos já lidos para votar.

Há requerimentos de dois tipos: de audiência pública e de fixação de Estado ou cidade para realização de seminário. Vou separar os requerimentos referentes à convocação de Ministros.

Sugiro votarmos em bloco os requerimentos de audiência pública.

Há quatro requerimentos do Deputado Ivan Valente: nº 1, sobre educação infantil; nº 2, sobre ensino superior; nº 3, sobre financiamento de educação nacional; nº 4, sobre formação e valorização dos profissionais do magistério.

Há também os requerimentos dos Deputados Lelo Coimbra, Newton Lima, Eduardo Barbosa e Angelo Vanhoni, nosso Relator, sobre audiência pública.

Os Deputados da Comissão têm em mão esses requerimentos? Podemos votá-los em globo? (*Pausa.*)

Então, vamos votar os requerimentos sobre audiência pública? (*Pausa.*)

Deputada Dorinha, V.Exa. quer falar? É sobre os requerimentos de audiência?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - É.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não. A senhora tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu queria falar sobre o Requerimento do Deputado Newton Lima que trata do ensino superior — é o item 9. Que ele possa ser acoplado ao Requerimento nº 2, do Deputado Ivan Valente, porque são da mesma natureza.

Não estou com o requerimento em mão, mas sinceramente não vejo sentido no requerimento de audiência que convida o Ministro das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deixei separados os requerimentos sobre convocação dos Ministros, porque sei que vai gerar certa discussão.

Então, vamos votar os requerimentos de audiência, o que é mais prático.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão relativa a um desses requerimentos de audiência pública.

O Deputado Antonio Carlos Biffi está pedindo audiência pública no Estado de Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Não está ainda em votação.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não está? Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Não está. É só audiência pública.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-los, em votação.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu recebi, Sr. Presidente, depois de ter feito os requerimentos, duas sugestões de incorporação de entidades e nomes.

Se não houver objeção do Plenário, logicamente...



Esteve também presente, há pouco, na discussão de diretrizes, metas e estratégias propostas para a formação e valorização, a CONTE — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação do setor privado.

Há também o requerimento que diz respeito às diretrizes, metas e estratégias para o financiamento da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que tem como Coordenador o Daniel Cara.

Se V.Exa. e os Deputados concordarem, eu, particularmente, como autor do requerimento, acato as sugestões que me foram feitas, porque são contribuições relevantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Ivan Valente, como estamos aprovando os requerimentos sobre audiência, sugiro a V.Exa. que converse com o Relator. A questão dos nomes que vão compor cai na regra geral: não mais que quatro. Mas vamos compor com o Relator, que é o maior interessado na audiência. Está marcada, é relevante, mas discutiremos essa questão depois.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Aprovamos a audiência e tudo bem.

Então, estão aprovados os requerimentos de audiência pública nos Estados.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, 3ª Vice-Presidenta.

A Deputada Alice Portugal e o Deputado Artur Bruno foram eleitos Vice-Presidentes da Comissão de Educação e Cultura.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Obrigada, Deputado Gastão Vieira, nosso sempre instrutor.

Quero registrar a presença de delegados da Bahia e de secretárias e secretários municipais, os quais estão participando do 13º Fórum Nacional da UNDIME, em Brasília, que, neste momento, prestigiam a nossa Comissão Especial que discute o Plano Nacional de Educação.

Minha saudação aos baianos e aos secretários que, neste momento, estão aqui na expectativa do início dos nossos debates desse importante plano.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Por favor, não permaneçam como se encontram. Levantem os braços, para que todos nós tenhamos o prazer de conhecê-los.

Sejam bem-vindos. (*Palmas.*)

Vamos votar agora, em globo, os requerimentos de audiência nos Estados.

Requerimentos dos Srs. Deputados Waldir Maranhão, audiência no Maranhão; Antonio Carlos Biffi, no Mato Grosso do Sul; Esperidião Amin, em Florianópolis; Emiliano José e Miriquinho Batista, em Belém do Pará.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, hoje não é o último dia para definirmos os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Não.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Só para deixar claro, porque vou apresentar pelo Estado do Rio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Tranquilo. Sem problema nenhum. Será um prazer.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Vamos aprovar esses, sem prejuízo de outros Estados que possam ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Sem bairrismo, na Bahia, no Maranhão e no Rio de Janeiro é uma festa só.

Em discussão os requerimentos de audiência pública no Maranhão, no Mato Grosso do Sul, em Florianópolis e Belém do Pará.

Não havendo quem queira discuti-los, em votação.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, gostaria de dar uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, nobre Relator.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Que nesse processo de visita a Mato Grosso do Sul, solicitado pelo Deputado Biffi, acrescentarmos o Estado de Mato Grosso, que não tem nenhum representante nesta Comissão Especial.

O ex-Deputado Abicalil gostaria muito de realizar essa audiência pública em Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Nosso ex-Presidente.



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Nosso ex-Presidente da Comissão, militante do setor da educação, esteve conosco aqui até dezembro do ano passado.

Acho que poderemos acrescentar o Estado de Mato Grosso e ajudar o Deputado Ságuas Moraes, que não faz parte desta Comissão, a organizar, junto com o Carlos Abicalil, uma audiência pública no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Alguma contestação? (Pausa.) Não?

Deputada Professora Dorinha com a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não é contestação.

Parece que o Carlos Abicalil assumiu agora o ensino especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Isso.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Inclusive, há uma audiência pública sobre o ensino especial. Talvez ele, por ter assumido a Secretaria, poderia ser incluído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Desculpe, Deputada Dorinha, V.Exa. poderia repetir? Eu me distraí.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Foi só uma sugestão para o Abicalil participar da audiência sobre o ensino especial, porque ele assumiu agora a Secretaria de Ensino Especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Mas é ensino especial no sentido do Deputado Eduardo Barbosa, ou é articulação com os Municípios? Eu não sei bem.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - É porque, na realidade, parece que a coisa é transitória no Ministério.

O ex-Deputado Abicalil assumiu a Secretaria, mas ela deve ser transformada para outra função. É a Secretaria de Inclusão Social que está absorvendo a política de educação para a pessoa com deficiência.

Então, acho que o próprio Ministério pode definir quem é quem. Ele está na Secretaria Especial, mas ela será transformada na questão da relação institucional.

É por isso que há essa dúvida.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Mais alguma discussão?

Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, eu gostaria de propor, para que começássemos a ter uma visão do todo a partir de hoje, em função do grande número de requerimentos aprovados, que já pudéssemos disponibilizar, com a maior brevidade possível, até julho, as datas, as cidades já aprovadas para a realização dessas audiências e as pautas que teremos na Comissão Especial.

O Deputado Artur Bruno me convidou, hoje, para participar de uma audiência em Fortaleza, no dia 16 de maio, já que, a partir desta semana, vamos iniciar a identificação, as consultas e a estratégia da ouvida das entidades, especialmente na Comissão e também nos encontros, ligadas à área do financiamento da educação.

Outras datas foram aprovadas, e nós temos interesse também em acompanhar, na medida do possível, algumas dessas audiências.

Então, seria importante que já tivéssemos, a partir de hoje, um portal ou um espaço de acesso eletrônico, para que pudéssemos, inclusive, repercutir nas nossas páginas de Internet as datas que já estão sendo aprovadas, a fim de nos organizarmos.

Quem sabe, nós da Comissão que temos interesse em alguns temas específicos possamos acompanhar essas audiências, como fizemos em 2009, quando presidiu a Comissão de Educação a Deputada Maria do Rosário, nos seis foros sobre o antigo PNE. Eu tive oportunidade de participar de três: no Rio de Janeiro, em Natal e no Estado de Tocantins.

Seria importante que já disponibilizássemos, com a Assessoria desta Comissão Especial, essas datas e nos articulássemos, minimamente, para participar desses eventos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito bem-vinda a sugestão.

Eu gostaria, então, que seguissem o exemplo dos Deputados Chico Lopes e Artur Bruno, que deram a data. É preciso que encaminhem a data à Secretaria da Comissão, e nós divulgaremos imediatamente. Agora, a data ficou a critério de cada proponente. Portanto, tão logo chegue, nós a colocaremos na página da Comissão.



O Deputado Newton Lima chegou agora. Deputado, eu deixei os três requerimentos de autoria de V.Exa. para serem discutidos com a sua presença: o Requerimento nº 31, de 2011, sobre convite ao Ministro de Ciência e Tecnologia, Sr. Aloizio Mercadante; o Requerimento nº 30, a respeito de convite à Ministra Ana Maria Buarque de Hollanda, e o Requerimento nº 29, sobre convite ao Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Estão em discussão os requerimentos do Deputado Newton Lima, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Muito obrigado, nobre Deputado Gastão Vieira, que ora preside os trabalhos da Comissão. Agradeço-lhe a deferência de aguardar-me aqui. O nosso compartimento de agendas simultâneas é algo absolutamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Enlouquecedor.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA -...enlouquecedor — essa é a palavra. Eu ia dizer alucinante, mas, enfim... De toda sorte, muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez.

Eu penso que um tema dessa relevância nos impõe a necessidade de sabermos como o Plano Nacional de Educação é visto por três áreas que guardam uma relação muito próxima, muito intensa com os temas da educação.

Para dizer a verdade, Sr. Presidente, colegas da Comissão, no passado não era assim. Como nós não vivíamos na era digital, na era cibernética, confesso que talvez, há 10 anos, ninguém poderia imaginar trazer o Ministro das Comunicações para discutir o Plano Nacional de Educação; talvez nem mesmo o Ministro da Ciência e Tecnologia.

Ao repararmos nas metas e nas estratégias e naquilo que hoje é uma verdade internacional, isto é, o uso bastante intenso dos métodos de educação baseados no uso da Internet, e considerando todos os projetos e as nossas proposições de que a banda larga venha a estar presente como instrumento, não só, como diz uma das estratégias, no ensino médio — essa é uma estratégia tímida, ligada à Meta nº 7, Sr. Presidente —, eu gostaria de discutir com o Ministro Mercadante — até porque S.Exa. foi autor de um projeto de utilização dos recursos do FUST para as escolas brasileiras — a ampliação da banda larga e com o Ministro das Comunicações sobre



o estado da arte da utilização da banda larga nas escolas, com qual velocidade, que projeto o Ministério das Comunicações tem e como veem, nos próximos 10 anos, a incidência da banda larga em todos e os estabelecimentos, o que, na minha opinião, tem de ser desde a 5ª série do ensino fundamental, como já existe em outros países.

Quero adiantar a V.Exa., Sr. Presidente, dada a sua concessão de que já podemos, antes do dia 20 de maio, depositar as nossas emendas no portal da nossa Comissão, que estou concluindo uma proposta de transformação desse estratégia acoplada à Meta nº 7 para dar a ela o *status* de meta, em vez de estratégia de meta, não só pela sua abrangência, mas também pela contemporaneidade.

Acho que não é possível discutirmos hoje um Plano Nacional de Educação sem que ele esteja diretamente articulado com o necessário progresso da universalização do acesso à Internet, até porque estou envolvido, com muito entusiasmo, num grande movimento da sociedade chamado Banda Larga é um Direito Seu, que procura justamente levar acesso à Internet a todos os rincões do Brasil, com alta velocidade e baixo custo, promovendo a construção da cidadania digital.

Assim justifico a importância de conhecermos a visão do Ministro Mercadante, que tem visitado várias escolas na América do Sul e no mundo e sabe como a Internet vem sendo usada de forma muito melhor nas escolas de educação fundamental e média e nas próprias universidades lá fora do que aqui no Brasil. E pelo fato de o programa de banda larga ser gerido hoje pelo Ministério das Comunicações, é essencial conversarmos com o Ministro Paulo Bernardo, para estabelecemos metas quantitativas claras, de modo a disseminar o uso da Internet nos estabelecimentos de ensino do nosso País.

Quanto à Ministra da Cultura, parece-me bastante indicado. Como nós estamos tratando de um tema de educação e cultura, que também guarda uma identidade histórica muito grande no Brasil, é importante conhecer o que a Ministra Ana de Holanda vislumbra sobre o Plano Nacional de Educação, como ela vê as metas, se ela não entende que na educação brasileira, da pré-escola até a universidade, as políticas de cultura devem dialogar melhor com o plano.

Por isso, Sr. Presidente, colegas Deputadas, colegas Deputados, seria, penso eu, muito enriquecedor debatermos o plano, além do Ministro da Educação, com três



outros Ministros de Estado, para que o plano saia ainda mais enriquecido e tenhamos metas mais bem definidas para o próximo decênio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputado Newton Lima.

O Deputado Ivan Valente está inscrito, mas o Relator tem prioridade. V.Exa. cederia o seu tempo?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - O Deputado Ivan Valente está tão sorridente nesses últimos dias que vou conceder-lhe a preferência. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - V.Exas. não sabem o porquê de toda essa alegria: é debate do Código Florestal hoje. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - O Código Florestal que não foi ainda à votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O PSOL sozinho, ontem, derrubou o MERCOSUL. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Com o ruralistas é preciso ter músculos, sorrisos....

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Energia mental. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Deputado Relator.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu gostaria, Deputado Newton Lima, apenas de salientar o seguinte: a Ministra de Direitos Humanos quer marcar uma reunião para discutir a questão dos direitos humanos no Plano Nacional de Educação. Há também uma solicitação da Ministra da Igualdade Racial. Eu não me lembro o nome da Ministra. É lá da Bahia. Antes era o nosso colega Deputado Edson, que é do Rio de Janeiro. A Ministra deseja discutir também a transversalidade, como o Plano Nacional de Educação trata a educação em relação aos afrodescendentes no nosso País.

Em relação à área da ciência e tecnologia, além de termos a questão da preparação do País para que as futuras gerações possam se colocar



tecnologicamente no mundo e trazer qualidade de vida para que o povo brasileiro, o tema está centrado no conhecimento. Eu acho que o Ministro da Ciência e Tecnologia pode travar uma discussão que dialogue diretamente com a questão do financiamento da educação.

A discussão que tem sido feita em relação ao fundo social do pré-sal é uma discussão da qual a Comissão tem que se apoderar. A previsão é que, em 2019, o saldo da venda do petróleo só do pré-sal possa chegar a 1 trilhão e 300 milhões de reais.

O pré-sal já está sendo vendido. Há dois poços do pré-sal que já estão em franca exploração há 3 anos. A PETROBRAS acabou de anunciar um investimento na ordem de 70 bilhões de dólares, na bacia de Santos, para ser realizada até 2016. Isso significa que os investimentos no pré-sal estão acontecendo, estão programados e irão se realizar.

E há uma meta já estipulada por lei de recursos que virão para a educação, para a ciência e tecnologia, para a saúde e para a cultura. Então, nessa discussão, interessa que o Ministro da Ciência e Tecnologia discuta a formação tecnológica, profissional e científica do ponto de vista da juventude brasileira, para preparar uma sociedade que esteja disposta à inovação, à criatividade e ao desenvolvimento científico do País, e também dê sua contribuição sobre essa questão que dialoga com o financiamento.

Eu acho que é importante trazer também a área da cultura, porque há uma meta que diz respeito à ampliação da jornada dos nossos jovens no processo de formação e de educação do País, e isso dialoga diretamente com a questão dos conteúdos tradicionalmente tratados pela área da cultura.

Quando nós estamos passando de 200 mil jovens na escola integral para 3 milhões e 300 mil e pensamos em fazer 50% do ensino básico em educação integral no Brasil, é claro que o Ministério da Cultura, que trata da questão da arte, da sensibilidade da nossa juventude, do ser humano, tem que ter algum diálogo com o Ministério da Educação ou com as metas que estejam colocadas, porque a formação de profissionais para educação musical, educação artística também está colocada nas perspectivas do Ministério da Educação...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - ...na redefinição curricular do ensino médio no nosso País, uma das grandes preocupações que temos.

Em relação à preocupação da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, eu acho que a possibilidade de se ter acesso à banda larga, a esse instrumento tecnológico... Não sei como está nos outros Estados, mas no Paraná todas as escolas estão com banda larga de no mínimo 1 mega ou 2 megas. Isso está sendo bancado pela empresa de energia elétrica, com fibra ótica. Foi a COPEL que instalou. Foram 4 anos de investimentos nesse sentido no Estado do Paraná.

Seria muito bom que isso estivesse acessível ao Brasil inteiro. O Ministro está apresentado modificações, a Presidente da República anunciou que pretende fazer com que o programa seja não apenas de 600 *kilobits*, mas de no mínimo 1 mega de velocidade. Enquanto os países mais avançados já estão com 200 mega de uso tradicional, como os Estados Unidos, é importante que saibamos como serão os investimentos para expandir o acesso, sobretudo para as redes estaduais e municipais do Brasil inteiro, para que haja acesso à Internet de qualidade e com rapidez, porque é uma plataforma que ajuda do ponto de vista da fruição das informações no nosso País. Acho que o Ministro Paulo Bernardo poderia vir contribuir nesse sentido.

Então, quero corroborar a sua...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Existe o FUST, que é o grande fundo que pode financiar isso. Os números não sei.

Quero corroborar a sua iniciativa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vamos prosseguir com a discussão.

Estão inscritos, pela ordem, os nobres Deputados Ivan Valente, Waldir Maranhão, Paulo Rubem Santiago, Professora Dorinha e Eduardo Barbosa.

Passo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, antes de entrar nas considerações em relação ao requerimento do Deputado Newton Lima, eu queria



sugerir que, nesse giro pelos Estados, pudéssemos ter a pretensão de colocar posições diferenciadas na mesa também. Essa é uma questão importante na seleção que o Relator deve propor.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - É bom reafirmar isso. Nessas audiências devemos abrir espaço para aqueles que têm alguma visão crítica sobre as iniciativas que estão acontecendo no nosso País, sobre as análises que estão contidas no plano nacional, para que possamos estabelecer o contraditório com uma opinião mais consolidada a respeito dos conceitos, das estratégias.

V.Exa. tem toda a razão, Deputado Ivan Valente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Ivan Valente, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

Agora, entrando na questão do requerimento, quero primeiro dizer o seguinte: na relação que vamos estabelecer com outras áreas, como é o caso da ciência e tecnologia, da cultura — que é coirmã nessa Comissão, que trata de educação e cultura — e das comunicações, eu queria colocar uma questão diferenciada.

Acho que temos hoje uma revolução tecnológica que certamente impacta toda a vida social e também a escola, mas eu tenho uma visão de que estamos incorporando isso de uma forma muito acrítica.

Estamos discutindo um plano nacional de educação. Então, mesmo na questão técnica de levar Internet a todas as escolas é preciso questionar como fazer, por meio de quem, com que dinheiro público. Eu, por exemplo, tinha uma divergência da proposta do Senador Mercadante, não quanto a fazer a Internet chegar às escolas, mas quanto a usar os recursos do FUST para isso, tanto que o próprio Governo depois recuou dessa posição. Os recursos do FUST não podem ser utilizados para criar patrimônio para o setor privado, e era isso que estava acontecendo.

Criou-se uma nova estatal para fazer a Internet chegar às escolas. Se há rede tronco de fibras óticas, deveria chegar ao consumidor. Sou contra, inclusive, entregar para as Teles. E digo mais: o poder dessas empresas de telecomunicações é tão grande hoje, assim como o dos meios de comunicação, que eu acho que cabe sim a proposta do Deputado Newton Lima. É muito importante.



Porém mais do que discutirmos só o acesso a isso tudo, a essas imensas possibilidades que a tecnologia traz, temos que incorporar no nosso pano os limites e a visão crítica que se deve passar para a juventude em relação ao significado dos meios de comunicação em geral — não os de comunicação de massa: rádio, TV, etc., mas esses que agora passam através da telefonia, da Internet e assim por diante. E eu entendo que a oportunidade é agora, na discussão do plano. Esse é o grande debate que temos que fazer, de uma maneira crítica, sim.

Por isso, o Ministro da Comunicações, o ex-Deputado Paulo Bernardo, quando estiver aqui... Nós tínhamos um Ministro das Comunicações, Deputado Newton, que era, na verdade, convenhamos, um jornalista e uma pessoa que representava muito bem uma grande empresa de comunicação. E comunicação é uma coisa muito mais complexa do que isso.

A educação vai fazer o filtro. Esta Comissão e a Câmara dos Deputados precisam fazer propostas de como isso vai chegar aos estudantes, como será difundida essa nova cultura tecnológica, como ela poderá ser muito mais bem aproveitada, com suas amplas oportunidades, mas com uma visão crítica, porque há formadores de opinião por aí que não passam por nenhum crivo, nenhum filtro. Isso corrobora a visão de estarmos discutindo, tanto no campo da ciência e tecnologia, como no da comunicação e outros, como agregar ao debate educacional essas questões de parâmetros. E que consigamos passar para a nossa juventude, para os professores em sala de aula, para que isso seja de fato um avanço, um salto de qualidade na educação nacional.

Concordo, então, com os requerimentos do Deputado Newton Lima, agregando essa questão, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, o eminente Deputado Waldir Maranhão, quero registrar a presença do Dr. Carlos Eduardo, Presidente da UNDIME.

Com a palavra o Deputado Waldir Maranhão.



O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, atento à defesa que fez o Deputado Newton Lima quanto ao zelo e à concepção para a propositura do requerimento, eu me perguntei por que não avançarmos um pouco mais, já que sob esse prisma estamos tratando o nosso Plano Nacional de Educação com uma transversalidade em todas as áreas.

Na perspectiva de termos um plano vinculado ao PIB, talvez fosse interessante refletirmos sobre o quanto, ou seja, estabelecermos um diálogo também com a Sra. Ministra do Planejamento.

Portanto, agrego essa possibilidade, Deputado Newton, e confesso a V.Exa. que na sua linha de raciocínio viajei e esperava realmente que pudéssemos, uma vez ponderada essa possibilidade, inserir sim a Sra. Ministra do Planejamento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO – Exatamente, ela trata sim. Aí, sim, vamos tratar efetivamente de política de Estado.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Faço a sugestão de que V.Exa., então, apense um requerimento. Temos tempo hábil para solicitar a vinda da Ministra do Planejamento.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO - Então, vamos fazer a quatro mãos.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago. Antes, registro a presença da Secretária da Educação de Telêmaco Borba, Presidente da UNDIME do Estado do Paraná.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Deputado Angelo Vanhoni, querido Relator, quero fazer uma proposta aqui no sentido de que compartilhemos todas as interfaces do Plano Nacional de Educação com as demais áreas num seminário de um único dia sobre as transversalidades no Plano Nacional da Educação, para ouvirmos pela manhã a Ministra da Cultura, a da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, todos aqueles Ministérios que contribuirão com a consolidação das metas do PNE.

Lembrei aqui na semana anterior que, ao largo da discussão e da concretização do Plano Nacional de Educação, também vamos concretizar o Plano



Nacional de Cultura, as diretrizes do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos, que tem em um dos seus eixos fundamentais todas as diretrizes do Plano Nacional de Educação 2001-2010. Vamos encontrar a pleno vapor a concretização dos 21 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Fazendo esse seminário, poderemos, de uma vez só, ouvir aqui todas as Pastas de Governo que têm relação direta ou indireta, seja com a qualidade da educação, seja com a sua universalização e suas especificidades. Porque são várias as ações de Governo transversais ao que vamos propor e discutir no Plano Nacional de Educação.

Não vou aqui nem me dar ao trabalho de formalizar isso. Eu creio que muitas das coisas, para que possamos agilizá-las, podem ser propostas aqui na reunião de audiência pública. Então, defendo que façamos um seminário de um dia, pela manhã e à tarde, só para tratarmos das transversalidades no Plano Nacional de Educação.

Podemos convidar o Ministério da Cultura, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, a fim de que possamos envolver o conjunto de políticas, até porque o Brasil não construiu ainda, nos seus instrumentos orçamentários, a avaliação do anexo de metas sociais — e falo aqui como Deputado autor dessa emenda à LDO de 2007, estranhamente, por orientação do Ministério do Planejamento, vetada pelo Presidente Lula. Até hoje não entendi a razão do veto à construção de um anexo de metas sociais nas leis orçamentárias, como temos as metas fiscais, as metas para o PIB, as metas cambiais. Não temos um anexo de metas sociais. Por isso é que ficamos produzindo não sei quantos planos nacionais, não sei quantos estatutos nacionais, e é cada um para um lado, sem convergência, sem sinergia, sem batimento do impacto orçamentário e fiscal, sem batimento dos resultados obtidos, todos inequivocamente relacionados com os direitos humanos da infância e da juventude, seja no campo da escolaridade, seja no campo do acesso à educação profissional e à educação superior, nas áreas urbanas ou nas rurais.

Eu quero adiantar aqui essa proposta, para que Comissão analise a possibilidade de realizarmos um seminário sobre todas essas transversalidades. Então, teríamos pela manhã três ou quatro Ministros e Secretarias Especiais; à



tarde, mais uma leva. E aí teríamos como compartilhar aquelas áreas que podem ser construídas conjuntamente.

Uma outra questão que me parece vamos ter que decidir é quanto aos temas centrais do Plano Nacional de Educação. Já estamos recebendo propostas às centenas, propostas amplas, que incidem em detalhes de algumas dessas metas. Mas, a exemplo da discussão anterior, vamos ter que chamar a atenção da sociedade para os temas centrais: inclusão, qualidade, financiamento e gestão, já que o plano não tem uma única meta sobre sistema nacional de gestão.

É muito importante, portanto, que encontremos uma sinergia, por meio da regência de V.Exa. e do Deputado Gastão Vieira, para que não nos percamos nessa multiplicidade de emendas que virão da sociedade e que poderão ensejar uma série de disputas, todas legítimas, mas que podem nos fazer perder o foco nos temas estruturantes de um PNE, que são o sistema nacional de gestão básica articulada, a política do financiamento, a temática da inclusão, a da qualidade e a da valorização dos profissionais de educação.

Espero que cheguemos a um momento, talvez daqui a uma semana, 15 dias, em que vamos fechar esse capítulo da arquitetura dos debates — as datas, os seminários, as audiências, os convidados, as instituições —, para, em seguida, passarmos, dentro do cronograma, à condução dessas discussões e, mais à frente, iniciarmos, tendo V.Exa. como Relator, com as nossas contribuições, a construção do parecer. Do contrário, vamos pulverizar demais os debates e correremos o risco de perder a visão estruturante do plano.

A última coisa que reitero é a nossa expectativa junto às entidades nacionais, estudantis, sindicais, de pesquisadores, instituições no plano federal e dos Estados e Municípios com a questão dos fundamentos. A proposta de lei não vem acompanhada de um conjunto de conceitos filosóficos acerca do papel da educação na sociedade, do papel da escola, neste momento em que vivemos a transição de uma economia do trabalho e da produção para a financeirização da economia, com impacto na política e nos orçamentos.

Tenho muitos temores de que poderemos, na metade da vigência do Plano Nacional de Educação, ser surpreendidos, quem sabe, por uma nova onda financeira, uma nova crise financeira internacional, e que isso traga repercussões



para a plenitude do financiamento das metas do PNE 2011-2020, como aconteceu com o Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei 10.172, de 2001. Nós fomos atropelados por conjunções de ordem fiscal, orçamentária e financeira, e isso pode voltar a acontecer.

Então, que possamos fazer o debate dos valores, dos fundamentos. No meu ponto de vista, precede a discussão sobre metas, qualidade e quantidade uma compreensão clara dos fundamentos da educação numa sociedade como a nossa, num mundo globalizado, de grandes pressões hegemônicas dos centros financeiros internacionais sobre as economias em desenvolvimento e de uma margem de autonomia muito pequena, num mundo controlado e concentrado por grandes forças econômicas financeiras internacionais. Que isso possa ser parte do nosso debate, para, em seguida, sabendo do contexto mais profundo, fazermos as discussões das metas qualitativas e quantitativas para o Plano Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - A próxima inscrita é a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Tem S.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, vou na mesma linha do Relator sobre a dificuldade da agenda, a dificuldade de encaixar todos os seminários regionais e as audiências.

Quero reforçar um pouco a minha preocupação em relação a parecer que tudo tem a mesma importância, todas as entidades têm a mesma importância. Acho que precisamos centralizar.

Deputado, quando falei a respeito da área da comunicação, é que, embora nas áreas de ciência e tecnologia e cultura veja uma relação até obrigatória, se formos tratar apenas com a interface teremos de ouvir outros Ministérios, como o do Planejamento, o do Esporte e os das áreas sociais.

Acho que a ideia do Deputado Paulo Rubem Santiago é interessante, se pudermos trabalhar com a centralização da interface. Existem outras entidades que precisamos ouvir, como o Conselho Nacional de Educação, a própria campanha, a UNDIME, o CONSED e outras entidades. Acho que há Ministérios em relação à interface que podemos concentrar, porque da mesma forma acho que a saúde tem interface importante com o plano, e os da área social também.



Se formos trabalhar nessa linha das audiências, não vamos ter data para discutir tudo. Por isso reforço a ideia de trabalharmos um dia com os Ministérios que teriam interface.

Quero colocar também a preocupação em relação à questão da área digital. Fui Secretária de Educação, e o FUST ganhou o apelido dentro do CONSED de “Frust”. Quando nos referíamos ao FUST, dizíamos “Frust”, porque nunca saiu do papel. Os bilhões de reais que estão lá ficaram sempre para superávit primário.

Há uma medida provisória agora aqui, e é o momento de discutirmos isso, independentemente do Plano Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Antes de passar a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa, quero fazer uma pergunta para ver se alguém pode nos ajudar. O Governo Dilma manteve a estrutura do Conselho de Desenvolvimento, o Conselhão?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Manteve?

Talvez uma alternativa fosse trabalharmos com o Governo, a Casa Civil, no sentido de esse Conselho abrir um espaço para discutir o plano. Se o plano é tão importante, seria uma oportunidade de envolver todos os Ministérios interessados e todas as facetas do Governo. Vamos propor: *“Vocês gostariam de discutir o plano, tratar o plano como agenda do Conselho”?* Se disserem não, tudo bem, continuamos com o nosso trabalho. Mas assim todos os Ministros poderiam se manifestar e discutir o plano ao mesmo tempo. A proposta do Deputado Paulo Rubem Santiago é boa, mas trazer os Ministros num dia só será difícil. Conseguir uma agenda em que todos os Ministros estejam dispostos a vir... E se chamarmos um Ministro e uma outra pessoa, é uma falta de educação hierárquica. Normalmente, os Ministros vêm aqui sozinhos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Deputado Gastão, se V.Exa. me permite, é por isso que estou propondo que tenhamos uma Mesa pela manhã com três ou quatro Ministros. Ou o Plano Nacional de Educação é importante ou vai para o varejo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - É, vai par ao Conselhão.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O IPEA está realizando desde ontem, até amanhã, um seminário internacional — pretendo comparecer lá também — sobre educação e desenvolvimento, paralelo à nossa discussão sobre o Plano Nacional de Educação.

Eu vi na semana anterior, numa entrevista do Ministro Gilberto Carvalho, que o plano de combate à miséria extrema terá como um dos aspectos da sua espinha dorsal a erradicação do analfabetismo. E essa é uma temática do Plano Nacional de Educação. Então, se não exercemos o nosso protagonismo e promovermos a centralidade, daqui a pouco vão começar a acontecer outras discussões, em outras esferas da sociedade e do Governo, e vamos começar a ser surpreendidos por essa pluridiversidade de discussões, que não vão ter como leito de construção unitária a relatoria do Deputado Angelo Vanhoni e a tramitação do Plano Nacional de Educação aqui na Casa.

(Não identificado) - O Conselhão, parece-me, era da área das relações institucionais e foi agora para a SAE, do Ministro do Moreira Franco. É um Ministério do partido de V.Exa., inclusive, com o ex-Governador Moreira Franco. Parece-me que ele é o responsável pela condução do Conselhão agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Esse seminário do IPEA a que o Deputado Paulo Rubem Santiago fez referência terá amanhã, para quem tiver interesse, um dos maiores especialistas americanos em ensino médio e ensino técnico. Amanhã ele estará lá para dar uma palestra. Essa é uma boa oportunidade.

Mas S.Exa. tem razão. Se alguém puder ajudar, tanto o Relator quanto o Presidente... Eu posso falar com o Ministro Moreira Franco. Se o Conselho abrisse pelo menos uma câmara para discutir a questão do plano, levaria essa discussão para dentro do Governo, e isso seria bom.

Tem a palavra o Deputado Eduardo Barbosa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Sr. Presidente, acredito que os requerimentos do Deputado Newton Lima nos deram uma amplitude de visão que esta Comissão talvez não tinha tido até aqui, porque estávamos muito preocupados em fazer uma análise da ampliação, em cima de metas, dos níveis de ensino propostos. Talvez pudéssemos trabalhar com o olhar da qualidade, mas muito restrito aos níveis de ensino garantidos pela Constituição.



Acho que os requerimentos do Deputado Newton Lima nos mostram que talvez teremos de abrir um pouco mais a visão sobre a educação que queremos, a interface com os Ministérios e a responsabilidade das outras políticas públicas para garantir os níveis de ensino com qualidade. Nós não só podemos ampliar as possibilidades de financiamento, a partir de outros Ministérios, mas também criar propostas de planejamento conjunto das diversas áreas.

O que vemos dentro da educação continuada é que muitos Ministérios têm ações desvinculadas do processo de formação convencional. Talvez possamos trazer no Plano Nacional de Educação a responsabilização, no sentido de que a qualidade do ensino passa pelo fato de outras áreas assumirem, junto com a educação formal, alguns compromissos. Acredito que isso abre, inclusive, a possibilidade de termos no nosso texto esse processo de responsabilização das diversas outras políticas em termos de qualidade.

E por que não, Deputado Angelo Vanhoni, pensar até em algo no parecer que trate de educação continuada para a população de baixa renda? Talvez a ação desses outros Ministérios seja fundamental para que ela possa ser rascunhada em uma proposta de educação continuada assumida pelo poder público.

Hoje, não temos isso. Hoje, a educação continuada muitas vezes se dá para segmentos da sociedade que têm recursos financeiros, que podem ir atrás, que podem pagar. Ou então ficamos sujeitos a recursos de qualificação profissional do FAT, que tem um viés muito de profissionalização, e não de uma educação mais ampla.

Acredito que se fizermos o seminário com esses Ministérios ou até com o Conselho, mas pensarmos a educação na lógica do desenvolvimento — e me refiro a desenvolvimento humano, não ao desenvolvimento tecnológico, científico e econômico do País —, poderemos discutir como esses Ministérios poderiam participar desse processo. Acho que seria oportuno trabalharmos dessa forma.

Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão ao Deputado Angelo Vanhoni e a V.Exa., pois vou ter que me retirar. Nas nossas audiências públicas que acontecerão nos diversos Estados da Federação, acho que temos de ter um compromisso — todos nós vamos fazer isso — de garantir a participação nas reuniões estaduais da UNDIME e dos Secretários de Estado. Acho que essa é uma medida fundamental. E



na discussão que o Deputado Angelo Vanhoni propõe no seu requerimento, em relação à qualidade do ensino e ao financiamento, não podemos, de forma alguma, deixar de fora os gestores estaduais e municipais — a UNDIME e o CONSED.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - O.k. Era só a preocupação de garantirmos a participação nos Estados, para não deixar passar, porque é uma representatividade importante. Eles têm que se posicionar em todos os Estados. Ali há também as características regionais. Por mais que a UNDIME nacional represente todos, há características regionais que têm de ser colocadas nos fóruns regionais. E também na qualidade eles podem influenciar muito, assim como no processo de financiamento.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - V.Exa. me permite um aparte, Deputado? Por isso que na proposta hoje, conversando com o nosso Presidente, no seminário paulista que se realizará no dia 3 de junho na Assembleia Legislativa, o primeiro convidado terá de ser o Secretário Estadual e, ao mesmo tempo, um representante da educação municipal, pelo menos da Capital, para que possamos ter a visão de dois dirigentes muito importantes, ao lado dos demais que estão sendo preparados pela competente interveniência do Presidente e do Relator na organização desses seminários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Antes de passar a palavra à Deputada Teresa Surita, a próxima inscrita, quero fazer duas comunicações ao plenário.

Hoje, pela manhã, ao comparecer à posse do Presidente da Frente dos Municípios, o nosso prezado Deputado Júlio, do Piauí, o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios disse: *“Olha, eu nunca sou ouvido”*. Eu disse: *“Porque não quer. O senhor quer ir à Comissão? Será o maior prazer”*. *“Não, só a UNDIME que vai”*. *“Não estou discutindo, estou dizendo que você tem todo o espaço. Agora só lhe faço um pedido: leve as contas que o senhor faz para dizer aos jornais que os Municípios estão quebrados em função do piso. Aproveite e leve as contas”*. *“Ah, mas não vou debater”*. *“Tudo bem, a Comissão abre um espaço inteiramente para vocês. Não há nenhum tipo de restrição para o comparecimento.”*



Em São Paulo — a Deputada Dorinha também estava conosco —, aproveitei e pedi ao Dr. Jorge Gerdau, que mantém uma relação muito estreita com a maioria dos Governadores brasileiros, que ele intermediasse a vinda de alguns Governadores a esta Comissão.

Os Governadores normalmente não aceitam o nosso convite. Foi assim na discussão do FUNDEB, foi assim na discussão do piso salarial nacional. Eles não vêm e depois ficam zangados e entram na Justiça. Eu disse: *“Dr. Jorge, escolha uma representatividade dos Governadores e intermedeie a ida deles à Comissão. Se eles não quiserem o formato de uma audiência pública, nós os receberemos numa sala: os Deputados, o Relator, etc.”*

Os Governadores vão ter de comparecer a esta Comissão. Não adianta ficar com essa história de que os Estados estão quebrados e depois entrar na Justiça. Aliás, da última vez, o Supremo manteve a constitucionalidade das duas matérias.

É uma discussão que nós precisamos ter. Precisamos chamar os Governadores para discutirem conosco e participarem dessa decisão que nós vamos tomar.

Quero tornar isso público e pedir, até pela oportunidade que se apresentou no momento, a intervenção do Dr. Jorge Gerdau, que aliás vai comandar um projeto para a Presidenta Dilma, segundo eu li nos jornais, o que facilita muito a interlocução dele com os Governadores, com o Governo Federal, etc.

Deputada Teresa, tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA - Sr. Presidente, a minha fala segue muito a dos dois últimos Deputados.

Entendo que, nos encontros nos Estados, é muito importante que algumas representações não falem. Não sei se seria interessante a Mesa propor mais ou menos o mesmo formato de reunião, para que possamos de fato contribuir para receber as informações de que precisamos.

As diferenças regionais são muito grandes. Gostaria muito de poder dizer que, no meu Estado, Roraima, a Internet funciona da mesma forma que no Paraná. É outra realidade. Precisamos discutir realmente a realidade do nosso País, para podermos de fato criar um plano e avançar na qualidade da educação. Deixo aqui essa sugestão.



Gostaria de aproveitar também para, sendo aprovado o requerimento de Boa Vista, convidar todos os Deputados e Deputadas a irem a Roraima, Estado que tenho certeza de que a maioria ainda não conhece. De fato, vão ter uma visão muito clara do que é a Região Norte. Seria um prazer para nós. Aos Deputados que estão preocupados, como o meu vizinho aqui, com o que vai acontecer depois, fica garantido que lá existe uma culinária muito gostosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O Deputado Newton Lima é um especialista nessas questões.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Nobre Deputado José Linhares, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Eu recebi agora a informação de que vai começar a Ordem do Dia.

Quero trazer uma sugestão prática. Haverá alguns seminários, e algumas entidades e personalidades virão aqui na quarta ou na quinta-feira. Como quinta-feira é sempre um dia meio difícil para todos nós, seria interessante termos um calendário para que possamos nos organizar.

Por exemplo, amanhã, às 9 horas, eu tenho de viajar. Eu sou Presidente de partido e, na época de convenção, tenho de participar. Com um calendário, equacionamos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Esse agitador de frasco de remédio (*riso*) não compreende que é importante termos um calendário, sobretudo para esses seminários e para a presença dessas personalidades, seja Ministro, seja representante da UNDIME, seja quem for.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Só faltam as datas, Deputado José Linhares. Os Deputados encaminhando as datas, atenderemos essa solicitação de V.Exa., que foi feita anteriormente.

Nós temos ainda inscritos a Deputada Alice Portugal e o Deputado Newton Lima. O Deputado Newton é autor do requerimento, então, S.Exa. fechará a discussão para que o coloquemos em votação.

Tem a palavra a Deputada Alice Portugal.



A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Deputado Gastão, estamos discutindo os requerimentos. E eu digo os requerimentos porque o Deputado Newton levantou um leque de solicitações de vinda de Ministros, dando essa dimensão de Estado à questão. Evidentemente, outros requerimentos vão no mesmo sentido. Eu tenho um requerimento sobre o debate da transversalidade de gênero, etnia, etc., dessas circunstâncias de modalidades educacionais.

Todas as áreas de influência já estão, na minha opinião, abrangidas pelos requerimentos feitos. Temos ainda a necessidade de sacramentar a vinda das entidades representativas. Não sei se o Deputado Ivan ou o Relator já pediram. Se não pediram, podemos citar a CNTE, a CONTEE, a UNE, o ANDES, a FASUBRA, enfim, na área universitária, dentre outras entidades, a campanha.

Portanto, Presidente, talvez a forma ideal fosse a direção, a Mesa da Comissão sentar, de acordo, Relator, com aquelas áreas de influência de debates que nós tratamos, expansão, ensino superior, ensino básico, relação com Estado, educação com natureza de Estado. Nós vamos ter que separar, dividir item por item. É uma pretensão muito grande achar que, de sessão em sessão da Comissão, vamos cumprir isso. Acho que temos que aprovar os requerimentos como espírito geral da Comissão. E vamos ter que trabalhar por áreas.

Há circunstância em que vamos trazer atores à Comissão. Há circunstâncias em que a Comissão terá que ir. Essa questão que V.Exa. levanta do Conselho, acho que é muito importante.

Então, há espaços que a Comissão terá que ir. Nós vamos discutir financiamento da educação. Há propostas de indexação no PIB. Nós vamos discutir com quem, de que forma? Vamos trazer o Ministro Mantega aqui, é claro. Mas nós vamos discutir com outras áreas da economia, seria como irmos ao Conselho de Política Econômica? E por que não?

Acredito que a Mesa da Comissão poderia dar uma estruturada nessas áreas de abrangência do trabalho, dividindo talvez em duas fases. E tentar estabelecer um prazo para as atividades, das audiências, de quando a Comissão vai e o retorno. Senão vamos ficar em uma mar de audiências difusas sem uma ação mais focada na construção de um pensamento da Comissão.



A minha sugestão é que aprovemos todos os requerimentos, até em bloco, sem necessariamente discutir todos. Todos são extremamente válidos. Não tem um requerimento extemporâneo aqui. E a próxima reunião deve ser executiva, para fechar o calendário. Audiências nos Estados, coordenações dos Estados para monitorar as audiências regionais. A Comissão fica responsável pelo monitoramento da audiência principal de cada Estado. Porque não vai ter como.

Eu, o Deputado Emiliano, o Deputado Waldenor Pereira etc., na Bahia, vamos acompanhar o Estado. Quanto à audiência da Assembleia Legislativa, teremos de remeter à Comissão, vamos ter que levar o Relator ou um representante. Idem para todos os Estados.

Então, fechar o calendário da Comissão ir a espaços do Estado brasileiro — os Conselhos — e o calendário da vinda dos Ministros à Comissão. Eu acho, Deputado Paulo Rubem, difícilimo botar três Ministros em uma mesa. Você não sabe o que é a fogueira das vaidades? É essa a realidade, é muito difícil botar três Ministros em uma mesa. Até porque cada caso é um caso.

Então, precisamos ter um seminário que coroe o resultado das audiências nos Estados, com apresentação dos relatórios e a ouvida de um Ministro. Enfim, temos de fazer esse compilado de propostas e organizar o cronograma. Fazer isso como pauta única da reunião seguinte. Todos os requerimentos deverão ser considerados nessa organização.

Foi assim, mais ou menos, que fizemos com a discussão do FUNDEB e o Plano Nacional de Cultura. Audiências nos Estados e finalização com seminários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado, Deputada Alice Portugal. Vamos incorporar aos requerimentos que vamos votar o Requerimento nº 34, de autoria de V.Exa., e o Requerimento nº 36, de minha autoria.

Vou passar a palavra ao Deputado Newton Lima. V.Exa. encerra a discussão. Em seguida, colocaremos em votação, incluindo os Requerimentos nº 34 e nº 36, que íamos votar em separado, mas a Ordem do Dia já nos chama. É melhor não perdemos a oportunidade.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Serei breve, Sr. Presidente.



Primeiro, quero me congratular com a sua ideia. Não havia me passado pela cabeça, mas, de fato, a presença de V.Exa. e do Relator, Deputado Angelo Vanhoni, e de alguns de nós na reunião do Conselho é algo absolutamente central.

V.Exa. foi muito feliz, porque nós vamos poder verificar o órgão da República de aconselhamento sobre os temas de desenvolvimento econômico e social do Brasil. E nós sabemos que os Srs. Conselheiros do Conselho sempre elegem a educação e a ciência e tecnologia como instrumentos fundamentais da construção do Brasil desenvolvido, incluído, sustentável. V.Exa. foi muito feliz. Quero me congratular com V.Exa. e registrar isso. Espero poder estar na reunião do Conselho para acompanhar a visão dos representantes da sociedade, sejam eles empresários, sindicalistas.

Tomo a liberdade de sugerir a V.Exa. que nós passemos um dever de casa para o Conselho. Seria previamente passar, por meio de V.Exa. ou do Relator, um conjunto de questões sobre as quais gostaríamos de saber o posicionamento do Conselho, para que eles se preparem para nos responder. Assim, não será apenas uma exposição de ideias soltas, mas que venha a contribuição Conselho ao Plano Nacional de Educação. Acho que vai ser de uma importância completa e total.

Sei que é um problema para V.Exa. e para o Relator organizar em um prazo tão curto, mas eu não quero perder a essência. É claro que eu poderia ter proposto um conjunto de outros Ministros que, tenho certeza absoluta, dialogam direta ou indiretamente com o Plano Nacional em todas áreas. Podemos citar vários, já foi exposto aqui, até questão de gênero, enfim.

O tema hoje não só da alfabetização digital, mas da universalização do acesso à Internet não pode ser secundarizado. Penso que no Plano, com todo respeito ao Ministro Fernando Haddad, um trabalho maravilhoso que foi feito, não é possível nos dias de hoje que a Internet ou a banda larga, esse instrumento poderoso, não esteja no mesmo pé de igualdade da discussão da valorização do magistério, que é central. Aliás, é insubstituível. O protagonista central é o professor, está na Meta 17, e vamos ter que melhorá-la porque acho pouco ousada.

Não obstante, é preciso que nós consideremos que a tecnologia está aí à disposição e o mundo caminha, o Primeiro Mundo caminha para utilizar todo esses instrumentos de modo a melhorar o ensino, a aprendizagem. Isso não pode ser



secundário, tem que ser prioritário. E a questão da cultura me parece, pelas razões tão bem expostas pelo Deputado Angelo Vanhoni, essencial.

Concordo também que a Meta 20 é fundamental, e precisamos ouvir não apenas o Ministro da Fazenda, Deputada Alice Portugal, mas também a Ministra do Planejamento Miriam Belchior. É ela quem vai poder já começar a se contaminar com o tema dos 10%, e esperamos convencê-la aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Passamos à votação.

Em votação.

Os Srs. e as Sras. Deputados que concordam com os requerimentos apresentados permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os requerimentos estão aprovados.

Vamos insistir sobre a data dos eventos nos Estados para que a gente promova o mais rapidamente possível a confecção e a distribuição de um calendário.

Queria solicitar à consultoria da Casa para dar um melhor seguimento ao nosso trabalho, que eles nos atendessem em uma solicitação anterior de fazer um pequeno roteiro que cada audiência estadual teria de seguir, para que o Sr. Relator recebesse essas manifestações das audiências estaduais em um sentido lógico, a fim de que possa aproveitar nos seus estudos e, conseqüentemente, no trabalho de preparação do substitutivo.

Outra coisa que vou submeter ao Plenário na próxima reunião é o seguinte. Penso que todo mundo que for convocado para sentar nesta Mesa e falar em uma audiência pública tem de mandar, pelo menos com 48 horas de antecedência, um resumo do que vai dizer. Os Anais são extremamente importantes. Aqui está a taquigrafia, nós vamos encerrar os trabalhos da Comissão com o material para a preparação dos Anais. Então, aqueles que vão expor tragam um resumo do que vão dizer e nos encaminhem previamente. Nós encaminharemos para cada Deputado. No dia da audiência saberemos mais ou menos que caminho cada um vai trilhar.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não.



O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente Gastão, está confirmada a presença do Ministro Fernando Haddad para a próxima quarta-feira? Tinha sido marcada, na semana passada, para o dia 11.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Eu penso, e quero dividir o meu pensamento com os senhores, que o Ministro está aguardando, e está bem quente, como a gente dizia quando era menino, a vinda do diagnóstico, ou seja, das notas técnicas por ele prometidas aqui. Acho que S.Exa. quer vir depois que as notas técnicas forem do conhecimento de todos nós. O Ministro ficou de marcar para a semana que vem. Tanto eu quanto o Relator, Deputado Angelo Vanhoni, avisaremos os senhores com a devida antecedência. Parece que as notas técnicas estão a caminho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.